

armado para que produza seus efeitos legais.

Mis.  
 [Signature]

Ata da Sessão Extraordinária do Sumário Sindical Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 20 de maio de 1993.

Às dezesseis horas do dia 20 de maio do ano de mil e novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marco da Rocha Mendes e com a composição do Sumário Sindical pelo Vereador Paulo Sérgio da Silva, reuniu-se oficialmente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha Brito, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Loureiro dos Santos, Eduardo Correia Kila, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Kiraquim Schumert, Luiz Antônio de Melo Cabas, Milton Roberto Pereira de Souza, Nilanda da Silva Pereira e Silas Rodrigues Bento. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Não havendo Atos conferenciados para ser lida, o Senhor presidente após cumprimento do n.º regimental solicitou ao Senhor Sumário Sindical a leitura do Expediente que consta do seguinte: Requerimento nº 086/93 de autoria do Vereador Eduardo Correia Kila, assunto: Solicita à CERJ Extinção de Iluminação Pública no Trilho compreendido entre a Escola Municipal Oswaldo Santa Rosa e o Condomínio dos Lazzaros localizado no bairro.; Requerimento nº 087/93 de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal providências no sentido de evitar a retirada de lixo em novas áreas.; Indicação nº 155/93 de autoria do Vereador Carlos Roberto Loureiro dos Santos, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal providências no sentido de proporcionar limpeza de área no local localizado às Ruas Marechal Floriano para dar dir aos moradores de Cabo Frio.; Indicação nº 156/93 de autoria do Vereador Eduardo Correia Kila, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a ampliação da Escola Municipal Oswaldo Santa Rosa localizada no Quilômetro 15º

U

A leitura do Relatório do Senhor Roberto Siqueira de Souza, assunto: Solicito ao Excmo Senhor Prefeito Municipal Imunização Pública no Estado de Pernambuco. Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao momento dedicado ao uso da Tribuna. Depois a Tribuna como única ordem do dia, o Vereador Alfredo Luiz da Silva Brandão, do PT, falando inicialmente que estava naquela data no Angelim, onde estava instalado o Governo itinerante do município, relatando ainda, sua participação na entrega de documentos aos trabalhadores rurais, quanto ao financiamento da fatura, a valorização dos produtos, em ação conjunta do EMATER, Prefeitura e trabalhadores através do Sindicato, e ainda, a priorização de espaço para a feira. Falou também que havia entregue ao Prefeito documento, abaixo assinado, em nome dos trabalhadores rurais, rubricado pelo Sindicato, e também Sindicato da Câmara, relatando estava em concessão de terreno da Municipalidade para construção do Sítio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa São. Adiante, ao fazer comentários sobre aprovação pela Câmara de Projeto de Resolução criando vagas de Secretárias, lembrou a escalada de Fernando Collor culminando com sua eleição para a Presidência, quando utilizando o "mídia", pregava a erradicação dos políticos corruptos, embora o fato no presente fosse de uma ironia. Lembrou a seguir o orador, que os políticos que haviam permanecido na luta pela ética haviam conseguido derrubar o Governo Collor, por corrupção, o que não fora difícil, visto as falcatruas cometidas. Recordou a posição bastante discutida pela grande imprensa, do ex-Prefeito de São Paulo, Luiz Brundina, ao aceitar se associar ao Governo Collor de Bello, já disposto, mas, sob a Presidência de Stomar Franco. Com relação ao episódio, disse que o PT adotava uma posição eminentemente partidária de disciplina, primando pela conservação da ética, e, mesmo assim, o Partido fora duramente criticado pela grande imprensa. Prosseguindo, disse que a demissão de Brundina mostrara que a Companhia não firmava suas posições e assim, fora reconstruída a Secretaria de Administração, e, aduziu que o PT aderira a Brundina, que se ela encontrasse no Governo o que era pregado na ideologia do PT, os rebotes do direito iam durar lá com mobilidade, o que realmente ocorrera. Quando retornou de seu discurso, disse em relação a criação de campos de secretários de Gabinetes pela Câmara, no última reunião, disse que realmente necessitava de uma secretaria em seu Gabinete, mas considerava tal necessidade a certo



Ca

discernimento, a uma definição mais clara quanto o salário, que pudessem con-  
templar o Juncenário Público Municipal com igualdade. Disse que não aceitava  
algo que pudesse representar a formação de uma casta ou de um grupo de privi-  
legios. Disse que alguns Vereadores pagavam os Secretários, com revisões próprias,  
perto de três milhões e quinhentos mil cruzeiros, que concordava com a criação  
dos cargos, que houvesse uma melhoria salarial, mas, ficou enfático, indigna-  
do, e que o assunto que era muito grave, merecia sua rejeição, quando o  
cargo de secretário recibiu reajuste na ordem de duzentos e oitenta e quatro por  
cento, e juncenários da Prefeitura e Câmara, de quarenta a setenta por cen-  
to, respectivamente. Disse que a questão, merecia uma reflexão dos Senhores  
Vereadores, na medida em que todo o Município já tomara conhecimento que  
na Câmara para estado em "fim da algaia" (sic) com fantasmas (sic) com sa-  
lários bastante altas. Prosseguiu, disse que a foto incluía a todos, e assim  
o PT tem que mostrar as diferenças, que não estavam no Banco de de-  
tentação do Afonso, que não vestiam roupas diferentes, mas, eram o próprio hi-  
stórico dos que fazem política com dinheiro público, sendo comum o Vereador  
dizer que "havia o salário pequeno", porque só ganhava cinquenta por cento do  
que ganhava o Deputado Estadual, como se o Parlamentar Estadual ganhasse mil-  
to pouco. Adiante, disse que outro argumento, era o de que Câmaras vizinhas davam  
setenta e cinco por cento dos vencimentos dos Deputados Estaduais, aduzindo o cri-  
tério que os cento e trinta e sete por cento dos Vereadores deviam ser publicados para que a po-  
pulação tivesse conhecimento, e assim, o povo com certeza protestaria na Câmara  
aumentando em muito o número de pessoas presentes ao Plenário. Disse que o PT  
não era contra o reajuste dos juncenários da Câmara, mas, era contra duzentos  
e oitenta e quatro por cento concedidos a uma classe distinta e que vivia sob  
as "asas do Vereador", e, protestando disse que votaria contra mas não isola-  
damente, pois outros colegas começavam também a mostrar repúdio a favor do  
o que já era uma esperança e assim, encerrou sua fala. Não havendo mais crô-  
nias inscritas para o uso do Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao  
seguinte expediente a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as re-  
quinte matérias: Requerimento nº 086/93 e Requerimento nº 087/93. Ape-  
sua Indicação nº 155/93, Indicação nº 156/93 e Indicação nº 157/93. Não houn-  
do mais matérias para serem apreciadas neste momento, o Senhor Presidente trans-  
portou os trabalhos ao segmento dedicado a Replicação Pessoal, reatando ao Sín-

Ca

Vice-Presidente, Vereador Luiz Antônio de Hella, Potos, que assumiu a direção dos trabalhos para que pudesse ocupar a Tribuna. Ocupando a Tribuna, em Explicação Pessoal, o Vereador Marcos da Rocha Mendes, disse ser necessário sua manifestação para demonstrar sua preocupação, também na condição de Presidente do Povo, com relação à Emenda que foi aprovada na Sessão anterior, em relação a salários de secretários do Legislativo. Disse que o cargo de secretário era criado para tornar oficial a função que já vinha sendo exercida nos Gabinetes, e que era uma necessidade real de trabalho. Disse que a Presidência não partiu para a Emenda que definiu o salário das secretárias, e se colocava ao lado daquelas que haviam votado contra a aprovação da referida Emenda. Disse a seguir, que também era questionado pelos cidadãos e queria o esclarecimento ser dado, na medida em que tinha como ideal e objetivo maior realizar ao longo do mandato de Presidente do Povo, uma gestão voltada para os interesses da comunidade, defendendo o Município, e colocando as contas do Povo a disposição da comunidade esboçante. Disse que pugnavo pela moralização, mas, muitas vezes a vontade da Presidência não prevalecia, visto o sobranho do Pleno. Com relação a área de saúde, disse não ter votado contra a Clínica Santa Helena, com relação a convênio firmado com o Município, como muitos pareciam deprender por força de pronunciamento anterior. Ainda sobre o assunto, disse questionar apenas como fora ultimada, apenas com uma limitação, reconhecendo que a utilização de moderno equipamento de tomógrafo ajudaria muito ao povo, pagando o Município, através por cento da tabela da Associação Médica Brasileira, e que era acima da tabela do INPS e SUS. Disse também, que outros estabelecimentos deviam também ser economizados, lembrando o Hospital Santa Isabel, também recebendo setenta por cento da Associação Médica Brasileira. Referiu que nada tinha contra a Diretoria da Clínica Santa Helena, aplaudia a medicina praticada naquele estabelecimento, de primeiro mundo, e acrescentava ainda que ali, o final do atual Governo a medicina de primeiro mundo estivesse em Hospital Municipal, ou no Hospital Santa Isabel, e que por promessa do Deputado José Bonifácio, encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, falando inicialmente que com relação ao convênio estabelecido entre a Clínica Santa Helena e a Prefeitura, cabia esclarecer que o convênio dizia respeito a determinado tipo de exame que não era feito em Cabo Frio, só no Rio de Janeiro. Disse que



Ma

para o deslocamento do paciente para se submeter a tomografia computadorizada. O exame ficou mais caro ainda, e assim sendo era fácil explicar porque a Clínica Santa Helena foi escolhida, porque era a única a ter o referido sistema, e que não estava com o Hospital Santa Isabel. Prossequindo, disse que ao pagar a conta por conta da tabela da ANS, a Prefeitura ainda conseguiu, isto não é necessário deslocar o paciente para outro Município. Disse que o Hospital Santa Isabel, tinha que se visto com muito carinho, com muito afinação, lembrando seus três filhos lá nascidos, e, era um Hospital em que se sentia em casa. Foi a seguir, que leu um certo estigma, um certo preconceito contra os profissionais que defendiam a Saúde Pública, e que preconizavam o atendimento às demandas mais necessitadas do povo, em vez da medicina resolventista. Disse que era tio dele, foi denominado de "passador de recetas", como de resto outros médicos sanitaristas que defendiam uma saúde mais pública. Disse que tentara esclarecer mas, o companheiro estava tão exaltado que não conseguia, e, que os sanitaristas nada tinham contra a medicina resolventista, que obra a bairrada da cidade, tirava um humor e salvava a vida, ou contra aqueles médicos que faziam exames altamente sofisticados. Disse, que os médicos resolventistas entendiam que todos os recursos da saúde, deviam ser usados na resolventidade, que era um nome mais bonito do que "pé no chão", bairrada inchada", lombriças" e etc. Prossequindo, disse que em todos os Países desenvolvidos na área de saúde, das suas listas aos capitalistas, antes de conseguirem resolver os problemas de saúde, investiam massivamente na Saúde Pública, para depois, investirem na tecnologia. Adiante, disse que admirava a cirurgia que passou a noite e quatro horas em um hospital, que reconhecia o trabalho de propósito, a dedicação dos ortopedistas do Município. Após disse que também os sanitaristas queriam respeito, respeito porque defendiam aos mais carentes e, entendiam que enquanto problemas como a malária, esquistossomose, da hanseníase, da diarreia, da pneumonia, da desidratação, não tinham o direito de pensar em tecnologia magnética, e assim o Secretário do PSB, iniciou sua fala. A seguir, suscitou a Tribuna em prol da saúde, o Secretário Adilson Pereira da Silva, afirmando inicialmente que faltava mais dinheiro e vinte dias para que a população de Povo Novo voltasse a votar. Prossequindo, disse que quando um Poder Público contratava um serviço ou forneceria, que houvesse no mercado um concorrente, no caso, "notório saber", o contrato podia ser firmado legalmente, sem a indispensável concorrência pública. Disse

J. M.

que os defensores do Governo, afirmavam que o fato de o convênio ter sido firmado com a Clínica Santa Helena, era por não haver outro estabelecimento no Município dotado de hematólogo. Disse que ao seu juízo a Administração adotava o ensino de "dois pesos e duas medidas", pois era Público e notório que o Centro Olímpico de Santo Isabel era único, e, no entanto a prestação de serviços e Prefeitura era paga pela tabela SUS enquanto o convênio com a Clínica Santa Helena era pago pela tabela da Associação Médica Brasileira e assim, no mínimo faltava coerência ao Governo Municipal. Enfatizou que não era contra o assinatário do convênio com a Clínica Santa Helena, mas, era necessária a autorização do Legislativo como explicitava o Lei Orgânica do Município, o que não fora atendido pelo Executivo, e, durante seu protesto bradando, "tutava nunca mais", "ditadura nunca mais", "hater" (sic) nunca mais, e encimou seu discurso. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Atinática, aprovada, e assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Assinatura]*  
Sede

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 25 de maio de 1993.

Às dezesseis horas do dia 25 de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Senhor Heitor do Rêgo Cabral, e com a cooperação da Primeira Secretária pelo Senhor Oreste de Almeida Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio para responderem a chamada regimental os seguintes Vereadores: